

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO TURISMO: EXPERIÊNCIAS SULAMERICANAS DE TURISMO SOCIAL EM PERSPECTIVA COMPARADA (ARGENTINA, BRASIL E CHILE)

Aristides Faria Lopes dos Santos*

Resumo

O Turismo Social encontra-se institucionalizado nos programas nacionais de turismo de Argentina, Brasil e Chile? O objetivo da pesquisa é identificar programas nacionais oficiais de administração pública de Turismo Social (TS) lançados a partir do ano 2000 e vigentes em 2015. O recorte temporal adotado deve-se ao fato de que a partir do início dos anos 2000 houve um crescimento em diversos países, notadamente, Argentina, Brasil, Chile, Equador e Venezuela, de movimentos de esquerda, que culminaram com a ascensão a governos nacionais. A escolha dos países analisados fundamentou-se no desempenho dos países analisados no ranking internacional de competitividade no setor de viagens e turismo publicado pelo World Economic Forum (WEF, 2014-2015). Como técnica de coleta de dados realizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. As informações levantadas foram categorizadas e analisadas de acordo com as categorias: institucionalização, financiamento e público-alvo (beneficiários). Verificou-se que na Argentina o governo federal financia parcialmente as viagens para grupos familiares de baixa renda; no Brasil, o governo federal e o empresariado do setor de comércio subsidiam um sistema de serviços para empregados formais do setor; e no caso chileno o turista custeia sua viagem integralmente, mas o governo nacional mantém sistema de apoio ao turista e qualificação dos prestadores de serviços atuantes em destinos turísticos alheios aos roteiros convencionais.

Palavras-chave: Administração pública. Turismo. Turismo Social. América do Sul.

PUBLIC ADMINISTRATION OF TOURISM: SOCIAL TOURISM IN SOUTH AMERICAN EXPERIENCES A COMPARATIVE PERSPECTIVE (ARGENTINA, BRAZIL AND CHILE)

Abstract

Is Social Tourism part of institutionalized governmental programs in Argentina, Brazil and Chile? The objective of the research is to identify national official programs over Social Tourism (TS) launched from 2000 and effective during the 2015. This time period was adopted because from the early 2000s in a growing number of countries, notably Argentina, Brazil, Chile, Ecuador and Venezuela, leftist movements had grown up until national governments. The countries selected were based on the performance of the countries analyzed in the international competitiveness ranking in the travel and tourism sector published by World Economic Forum (WEF, 2014-2015). It was performed literature review and documentary research. The information gathered were categorized and analyzed according to four categories: institutionalization, financing and audience (beneficiaries). It was found that in Argentina the federal government partially funds the travel costs of familiar low income groups; in Brazil, the federal government and the service sector trade subsidizes a leisure system for formal employees; and in the Chilean case the tourist pays for your trip entirely, but the national government retains a support system for tourists and qualification courses for service providers located at alternative tourist destinations.

Keywords: Public administration. Tourism. Social tourism. South America.

ADMINISTRACIÓN PÚBLICA DEL TURISMO: EXPERIENCIAS DEL TURISMO SOCIAL SUDAMERICANO EN PERSPECTIVA COMPARATIVAS (ARGENTINA, BRASIL Y CHILE)

Resumen

¿El turismo social forma parte de programas gubernamentales institucionalizados en Argentina, Brasil y Chile? El objetivo de la investigación es identificar los programas oficiales nacionales sobre Turismo Social (TS) lanzados a partir de 2000 y vigentes durante el 2015. Se adoptó este marco temporal porque desde principios de los años 2000 un número creciente de países latinoamericanos, notadamente Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y Venezuela Ecuador, los gobiernos nacionales han sido alcanzados por movimientos de orientación izquierdista. La elección de los países se basó en el desempeño de los países analizados en el ranking de competitividad internacional en el sector de viajes y turismo publicado por el Foro Económico Mundial (WEF, 2014-2015). Se realizó la revisión bibliográfica y la investigación documental. La información recogida ha sido clasificada y analizada en cuatro categorías: institucionalización, financiamiento y audiencia (beneficiarios). Se encontró que en Argentina el gobierno federal financia parcialmente los gastos de viaje de los grupos familiares de bajos ingresos; en Brasil, el gobierno federal y el sector de servicios subsidian un sistema de ocio para empleados formales; y en el caso chileno el turista paga por su viaje por completo, pero el gobierno nacional mantiene un sistema de apoyo para turistas y cursos de capacitación para proveedores de servicios ubicados en destinos turísticos alternativos.

Plabras clave: Administración pública. Turismo. Turismo social. Sudamerica.



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações 4.0 / Internacional

* Doutorando e Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi (Laureate International Universities). MBA em Gestão de Projetos pela Universidade Católica de Santos (Unisantos, 2011); Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2003); e Bacharel em Turismo pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul, 2002). Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Câmpus Cubatão). Áreas de interesse: Hospitalidade, Serviços, Stakeholders, Competitividade, Turismo. Endereço institucional: IFSP Câmpus Cubatão: Rua Maria Cristina, nº 50. Jardim Casqueiro, Cubatão (SP). CEP: 11533-160. [aristidesfaria@ifsp.edu.br]

1 INTRODUÇÃO

O turismo enquanto atividade econômica e social complexa carrega o potencial de fomentar o desenvolvimento de cidades, regiões e mesmo nações onde houver fluxos de visitantes – e, por consequência, de insumos para atender a tal demanda.

Trata-se, então, de um segmento da economia mundial composto por diversos setores, que, juntos, podem dinamizar economias regionais e mesmo a global por meio do fluxo financeiro e de transações internacionais de serviços, por exemplo.

A evolução das tecnologias da informação e comunicação, as permanentes inovações no campo dos transportes e o barateamento dos custos para deslocamento por largas distâncias impulsionaram o desenvolvimento do turismo a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No mesmo sentido, a ampliação da compreensão do acesso – e, posteriormente, do direito ao ócio, ao lazer – às viagens e ao turismo enquanto “tempo de descanso” marcou o surgimento de um novo proletariado. Trata-se, pois, do surgimento de um mercado e mesmo de um segmento no setor de viagens e turismo. Originalmente, esse processo teve início nos países industrializados, já que os mesmos foram também e naturalmente pioneiros na convenção de direitos trabalhistas (SCHENKEL, 2013).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003, p. 3), organismo das Nações Unidas que trata dos assuntos do setor em âmbito supranacional, afirma que “muitas nações dependem dessa dinâmica atividade como principal fonte geradora de renda, emprego, crescimento do setor privado e aperfeiçoamento da infraestrutura”.

Enquanto o turismo é conceituado como “as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos” (OMT, 2003, p. 19); mais especificamente, o Ministério de Turismo (MTUR) brasileiro considera o Turismo Social (TS) como “uma forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MTUR, 2006, p. 6).

O tema central deste trabalho é a Administração Pública¹ do Turismo em nível nacional com foco em programas de TS. A escolha do tema justifica-se pela relevância da ação governamental orientada para a diversificação da oferta de produtos e serviços

turísticos – tanto ao público nacional quanto internacional –, a ampliação das oportunidades de acesso ao mercado de viagens e lazer para a população de baixa renda, a qualificação da mão de obra atuante no setor de serviços e a difusão dos benefícios econômicos e sociais advindos do turismo para pequenas comunidades e negócios locais.

A questão central a ser respondida por este estudo é: *O Turismo Social encontra-se institucionalizado nos programas nacionais de turismo de Argentina, Brasil e Chile?* O objetivo da pesquisa é identificar programas nacionais oficiais de administração pública de Turismo Social (TS) lançados a partir do ano 2000 e vigentes em 2015. O recorte temporal adotado deve-se ao fato de que a partir do início dos anos 2000 houve um crescimento em diversos países, notadamente, Argentina, Brasil, Chile, Equador e Venezuela, de movimentos de esquerda (CANTU, 2015), que culminaram com a ascensão a governos nacionais.

Para a produção deste artigo foram selecionados os governos nacionais de Argentina, Brasil e Chile. A escolha dos países analisados fundamentou-se no desempenho dos países analisados no ranking internacional de competitividade no setor de viagens e turismo publicado pelo World Economic Forum (WEF, 2014-2015).

De acordo com *Travel & Tourism Competitiveness Report* (WEF, 2014-2015), relatório citado anteriormente, entre 140 nações, o Brasil ocupa a 51ª posição, o Chile a 56ª e a Argentina o 61º lugar, sendo os países mais bem posicionados entre os países latino americanos. Outra importante publicação é o *Barômetro anual do turismo internacional* publicado pela OMT (2014) aponta que em termos de desembarques internacionais na região o Brasil recebe mais de nove milhões de turistas internacionais (1º), a Argentina recebe mais de 5.500 milhões de visitantes (2º) e o Chile mais de 3.500 milhões (3º), sendo igualmente os três mais bem posicionados da região.

Tais indicadores referem-se não apenas ao turismo internacional, mas a diversos fatores como a diversidade da oferta, a qualificação da mão de obra e as facilidades disponíveis aos visitantes (serviços bancários, segurança pública e serviços de hospedagem, por exemplo). Isso significa que países e regiões competitivos tendem a prestar bons serviços aos turistas das mais diversas origens. Mais especificamente, acerca do TS são abordadas no presente estudo diferentes perspectivas conceituais sobre o assunto para orientar a análise dos programas nacionais em questão.

¹ Segundo Paludo (2013, p. 19), “a administração pública em sentido amplo compreende: o governo (que toma as decisões políticas), a estrutura administrativa e a administração (que executa

essas decisões). Em sentido estrito compreende apenas as funções administrativas de execução dos programas de governo, prestação de serviços e demais atividades”.

Este artigo foi organizado em três partes articuladas entre si. A primeira trata da conceituação (pesquisa bibliográfica) da Administração Pública (AP), passando pelos processos históricos de Descentralização (e Desconcentração) governamental no Brasil, e de Turismo, com especial interesse no segmento de Turismo Social (TS). Os principais autores consultados foram Rozenberg (1996), Arretche (1999), Falleti (2006), Franco e Lanzaro (2006), Farah (2008) e Paludo (2013).

Na segunda sessão são apresentadas diferentes noções de TS, uma breve contextualização dessas compreensões ao longo do tempo e as iniciativas de TS de Argentina, Brasil e Chile (pesquisa documental). A sessão seguinte da análise dos resultados, onde são discutidas as iniciativas de TS dos países escolhidos como objeto de investigação.

Em seguida, são apresentadas as considerações finais deste artigo que objetivou identificar programas nacionais oficiais de administração pública de Turismo Social (TS) lançados a partir do ano 2000 e vigentes em 2015.

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESCENTRALIZAÇÃO

O turismo organizado tal como é conhecido atualmente possui origem na Europa em meados do século XIX, quando surgiu a formação de grandes massas de trabalhadores assalariados e com direito a férias. Esse período da história da atividade turística em nível mundial teve, essencialmente, três fases:

[...] Turismo Industrial Primitivo, que teria origem no século XIX, estendendo-se até o início da Segunda Guerra Mundial; o Turismo Industrial Maduro, cuja origem se daria a partir da década de 1950, estendendo-se até o início da década de 1980; e o Turismo Pós-Industrial, que teria origem na década de 1980, avançando até o final do século XX (MACHADO, 2013, p. 3).

Fica patente a relação entre o trabalho assalariado e o usufruto do período de descanso remunerado (férias) por meio do turismo. Trata-se de um dos fatores impulsionadores do turismo de massa, somando-se, por exemplo, a difusão dos meios de transporte individuais a partir do século XX. Assim, conforme surgiram diversos destinos turísticos a partir de meados do século XIX, outros vieram se consolidar no período pós-guerra (1945) e, sobretudo, a partir dos anos 1950, como citado.

Esse período coincide com a ascensão do “Estado de Bem-Estar Social”, que segundo Paludo (2013, p. 13), trata-se de um Estado “que procura garantir as condições mínimas de existência e dignidade

ao ser humano”. Ainda de acordo com o mesmo autor, “o auge desse tipo de Estado ocorreu na década de 1960, e o seu declínio nas décadas de 1970 e 1980”.

Notadamente os anos 1980 marcaram a derrocada de um modelo de desenvolvimento liberal capitalista. Como exemplo, no Brasil ganhou força o processo de descentralização do governo como “parte do processo de redemocratização” política do país (FALLETI, 2006, p. 46). Movimentos semelhantes ocorreram em toda a região, tal como afirmam Franco e Lanzaro (2006, p. 13):

[...] en la década de 1980, los países de América Latina experimentaron el derrumbe del modelo de desarrollo precedente, y tuvieron que llevar a cabo políticas de estabilización destinadas a recuperar los equilibrios macroeconómicos que habían perdido, así como una serie de reformas estructurales.

Ainda de acordo com Falleti (2006, p. 60), a descentralização se trata de um

“[...] processo de reforma do Estado, composta por um conjunto de políticas públicas que transfere responsabilidades [descentralização administrativa], recursos [descentralização fiscal] ou autoridade [descentralização política] de níveis mais elevados do governo para níveis inferiores, no contexto de um tipo específico de Estado”.

Essas responsabilidades são diversas e muitas são de difícil mensuração, o que induz os governos a desconcentrarem atribuições, ou seja, transferindo poderes a outros organismos da administração direta.

No caso brasileiro, como afirma Arretche (1999, p. 114), com a instituição da Constituição Federal em 1988, “a autoridade política de cada nível de governo é soberana e independente das demais”. Isso fez com que os municípios brasileiros se tornassem “entes federativos autônomos, o que implica que um prefeito é autoridade soberana em sua circunscrição”. Esse processo paulatinamente fez com que a população se percebesse cada vez mais próxima aos tomadores de decisões e gestores de serviços públicos prestados diretamente aos munícipes.

Conforme Paludo (2013, p. 51), esses “serviços públicos [se for possível classifica-los assim] consistiam, basicamente, na segurança (proteção e defesa contra invasores) e na justiça exercida pelo soberano (ou alguém por ele designado) de forma discricionária [...]”. Hoje, naturalmente, a percepção sobre a ação governamental é diferente e, com isso, as expectativas sobre o bom desempenho e a transparência dos governos – em todos os níveis e poderes – aumentou e se tornaram mais complexas.

A partir do século XX a “administração pública gerencial” emergiu como uma resposta a tal demanda, ou seja, para fazer frente ao aumento das funções econômicas e sociais do Estado e ao “desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à globalização da economia mundial” (PALUDO, 2013, p. 64).

Este trabalho possui foco sobre a gestão pública do turismo, então a torna-se essencial articular os conceitos-chave “administração pública” e “turismo social”. Rozenberg (1996, p. 61) assumiu desafio semelhante e afirmou à ocasião que “quando confrontadas as várias definições de turismo social é possível concluir que o tema está muito distante de se constituir numa unanimidade quanto às suas principais características”.

Quadro 1: Comparação de Turismo clássico e Turismo social.

Turismo clássico	Turismo social
Lucro	Homem
Contemplativo	Participativo
Seletivo	Abrangente
Setor privado	Estado, ONGs, Sindicatos
Predatório	Preservacionista
Trabalho x lazer	Trabalho + lazer
Turismo como um fim	Turismo como um meio

Fonte: Rozenberg (1996, p. 61).

O quadro 1, ainda que de modo sintético, é rico em informações para esta pesquisa. Conforme exposto, verifica-se que a prerrogativa essencial desses dois modelos de turismo é divergente: o Turismo clássico (TC) visa eminentemente a obtenção de lucro, sem efetivo comprometimento com a aproximação entre visitantes e visitados, o que é proposto pelo TS.

O TC é, conforme o autor, contemplativo no sentido em que se utiliza de paisagens e pessoas como objetos a serem observados à distância. Iniciativas de TS propõem atividade, ação e interação com pessoas das localidades visitadas e uma aproximação maior em relação aos espaços compartilhados com a comunidade residente.

Enquanto o TS (mais abrangente) é desenvolvido por meio do terceiro setor e fomentado diretamente pelos governos, o TC (mais seletivo) é planejado e operacionalizado pela iniciativa privada. O governo exerce influência em termos econômicos como por meio de políticas de câmbio, políticas de concessão de vistos, taxas alfandegárias e restrições/permittões de outras naturezas, por exemplo.

Uma vez que o TS se desenvolve por meio de organizações da sociedade civil com o estímulo do

governo, suas iniciativas tendem a ser conservacionistas, prezando pela manutenção dos espaços naturais e urbanos. Por outro lado, produtos e serviços de TC não têm o mesmo instinto preservacionista, por isso a estreita relação com o termo “turismo de massa”.

Outra diferença importante é que o TC se desenvolve em contraposição ao tempo de trabalho (*versus* lazer) e o TS tende a se desenvolver entre períodos de trabalho (mais lazer). Essas diferenças culminam na perspectiva do turismo como um meio (TS) e não como um fim em si mesmo (TC).

O autor faz referência a uma série de “controvérsias” no que tange a “diferentes visões a respeito de quem deva ser beneficiado pelo turismo social, quem deve ser responsável pela sua implantação e de que forma o turismo social deve ser posto em prática” (1996, p. 61).

É justamente a partir de tais controvérsias que esta pesquisa propõe a categorização da análise das iniciativas de TS em três unidades: institucionalização, financiamento e público-alvo (beneficiários).

[...] O desenvolvimento do turismo implica a composição e articulação de atividade de natureza multissetorial e intersetorial. Sua realização perpassa diferentes níveis de governo exigindo cooperação intra e intergovernamental. Essa complexidade requer medidas que excedem a ação isolada tanto da sociedade como do Estado; é necessária a ação combinada dos múltiplos nichos da iniciativa privada e das instâncias do poder público (RUA, 2006, p. 18).

No trecho citado (RUA, 2006), verifica-se que o desenvolvimento turístico transcende os três níveis de governo, ou seja, políticas públicas locais de fomento ao setor de viagens e turismo têm de posicionar-se em alinhamento em relação as políticas regionais, estaduais e nacionais – ainda que existam diferenças partidárias. No caso brasileiro, o Ministério do Turismo (2013-2016), no texto de abertura do Plano Nacional de Turismo vigente afirma que este “é um desafio que o Ministério do Turismo e o governo brasileiro assumem com satisfação, cientes de que o turismo responderá com crescimento sustentado e sustentável, redução de desigualdades regionais, inclusão social e geração de emprego e renda”.

Conforme Santos (2015), quando os stakeholders atuantes no setor de viagens e turismo em um dado território trabalham em cooperação – ainda que haja alta competição interna – há um impacto (positivo) na competitividade do destino como um todo, já que tendem a aumentar os níveis de qualidade da oferta de produtos e serviços e de

qualificação dos profissionais (operacionais e administrativos) do setor.

São identificados importantes elementos ainda na citação anterior, na qual Rua (2006) ressalta implicações do desenvolvimento do turismo como “composição”, “articulação”, “cooperação” e “ação combinada”. Verifica-se, pois, que há necessidade premente de diálogo entre os três níveis de governo e entre o poder público, a iniciativa privada (que no caso operacionaliza os projetos governamentais de TS) e a população em geral (turistas, beneficiários e as comunidades receptoras, residentes em localidades atendidas por esses programas).

A próxima sessão apresenta a análise sobre as iniciativas de TS em questão e, em seguida, a categorização de tais informações a fim de estabelecer um eixo de comparação entre Argentina, Brasil e Chile.

3 TURISMO SOCIAL: PANORAMA

Nesta sessão são abordadas perspectivas sobre o TS e os diferentes valores e premissas que fundamentam a compreensão do turismo enquanto atividade dinâmica que exerce influência econômica e social sobre as nações.

Em linha com o exposto na sessão anterior a respeito do histórico da perspectiva social em relação ao turismo e a conquista de direitos sociais (trabalhistas essencialmente), principalmente, a partir dos anos 1960, apresenta-se no quadro 2 uma série de eventos internacionais dedicados a discutir o “fenômeno” do turismo e, notadamente, o Turismo Social (HAULOT (1988) apud ROZENBERG (1996)).

Quadro 2: Série histórica de eventos de amplitude mundial sobre a perspectiva social do turismo entre as décadas de 1960 e 1990.

Ano	Cidade sede	Evento
1964	Bruxelas	Simpósio sobre “Promoção de Turismo Social através da cooperação entre Organizações Internacionais”
1964	Milão	Simpósio sobre o “Problema do financiamento de férias”
1966	Peschiera	Simpósio sobre “Turismo e a Juventude”
1967	Fiuggi	Primeiro Congresso sobre “Turismo para a juventude”
1969	Não informado	Mesa Redonda médica sobre o problema da concentração excessiva das férias num curto espaço de tempo
1971	Bruxelas	Simpósio sobre “Camping e Caravanas”
1972	Lugano	Simpósio sobre “Turismo para Terceira Idade”

1974	Não informado	Congresso sobre Turismo para Juventude centrado em dois temas: transporte e liderança
1975	Tânger	Tânger: primeiro encontro do BITS fora da Europa; Tema: Turismo, Artesanato e Folclore
1976	Tunis	Seminário sobre “Turismo e Meio-ambiente”
1978	De Haan	Congresso sobre “Turismo Familiar”
1978	Budapeste	Simpósio sobre Turismo Social nos países socialistas”
1980	Bruxelas	Seminário sobre “a participação e o papel dos agentes de viagens na esfera do turismo social”
1982	Vinchiaturro	Seminários sobre “a gestão de Associações de Turismo Social” e sobre “Juventude - Turismo - Meio-ambiente”
1984	Madri	Congresso sobre “Turismo no Meio Rural”
1986	Atenas	Congresso sobre o tema “os poderes públicos no desenvolvimento do Turismo Social”
1988	Belgrado	Congresso sobre o tema “Férias e produtividade: busca de uma harmonia”
1989	Bruxelas	Seminário internacional sobre Turismo Social e a juventude
1990	Roma	Conferência sobre Turismo Social e a juventude na Europa de amanhã”
1990	Moscou	Congresso sobre “as perspectivas de desenvolvimento do Turismo Social e da juventude na cooperação Leste-Oeste”
1991	Cidade do México	Conferência Americana sobre “o Turismo Social nas Américas”
1991	Kusadasi	Congresso sobre o tema “Turismo Social no Mediterrâneo, intercâmbio internacional”
1993	Bruxelas	Congresso europeu sobre o tema “o turismo da juventude e Turismo Social”
1995	Montreal	Seminário sobre o tema “Turismo para a juventude”

Fonte: HAULOT (1988) apud ROZENBERG (1996).

Mais recentemente, em 1999, a OMT editou o Código Mundial de Ética do Turismo. No documento a Organização afirma que o Turismo Social tem “por finalidade promover um turismo responsável, sustentável e acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos”.

A partir dessa orientação, os países elaboraram suas próprias definições de TS. Na Argentina, os programas de TS do Ministério de Turismo argentino têm como destinatários principais as populações com poucos recursos disponíveis para o lazer em todo o país, sendo seu objetivo proporcionar-lhes a possibilidade de período de férias.

Os objetivos básicos do Programa de Turismo Social do governo argentino são: diversificar a oferta mediante a incorporação de novos destinos; propiciar a geração de emprego permanente; amenizar os problemas da sazonalidade (baixas temporadas), revitalizar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas; receber propostas e aportes oriundos da iniciativa privada; promover destinos turísticos emergentes; e fomentar a prática do “miniturismo” (circuitos de curta duração) e mesmo de circuitos turísticos tradicionais².

No Brasil, o TS configura-se como “uma forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MTUR, 2005).

No Chile, o TS, caracteriza-se como uma forma de turismo na qual se visitam povoados ou residentes próximos a estes que tenham modos de vida tradicionais; as comunidades rurais podem servir de “atrativo” ou como base de apoio (serviços) para os turistas que desejam visitar estas regiões do país (Turismo de Pueblos).

Como visto anteriormente, o fomento a iniciativas de TS auxilia países e regiões com a tarefa de diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos, o que tende a distribuir de modo mais equitativo os benefícios oriundos do turismo.

Em termos conceituais, a segmentação do mercado turístico, a determinação de ícones (atrativos turísticos de relevância regional e nacional), a roteirização de localidades, cidades e regiões turísticas prescindem de critérios para priorização de investimentos e determinadas localidades, de acordo com dadas políticas governamentais – mais ou menos atentas ao desenvolvimento social e cultural –, acabam sendo preteridas. Nesse sentido, conforme mais infraestrutura há em uma localidade, maior fluxo turístico esta tende a receber, mais divulgação será feita – em âmbito nacional e internacional – e, potencialmente, os efeitos da sazonalidade serão mais percebidos.

Isso significa que promover o TS é também incluir “novos” atores no mercado consumidor de viagens e turismo – famílias e grupos sociais diversos. Torna-se possível, então, direcionar esses “novos” fluxos para destinos alternativos, pouco tradicionais e que são, em vista do modelo predominante, menos estruturados e talvez menos preparados para atender o público-alvo do “turismo de massa” (mais ou menos elitizado em

cada caso). O TS rompe, então, com o modelo de turismo orientado ao consumo de bens e serviços, em geral, supérfluos.

O TS tem imbuído em si o potencial de reverter essa lógica, ou seja, modificar o modelo de gestão, que, em geral, segue a norma capitalista e ao atendimento de interesses do capital especulativo, materializado, por exemplo, por meio do mercado imobiliário. No caso brasileiro, destinos como a região turística da Costa da Mata Atlântica³ no litoral paulista, atendem a um modelo baseado nas residências secundárias. Há fluxos turísticos bastante volumosos na região, mas concentrados nos meses de verão (dezembro a março), sobretudo, por conta da proximidade daquela região em relação à capital paulista (São Paulo), que é de aproximadamente cem quilômetros.

4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Como técnica de coleta de dados realizou-se pesquisa bibliográfica e documental. As informações levantadas a partir da pesquisa documental foram codificadas de modo que dados brutos pudessem ser sistematizados e agregados em unidades de análise (categorias) as quais viabilizaram a análise e posterior discussão dos resultados a partir da perspectiva comparada (BARDIN, 2011).

De acordo com Bardin (2011), a organização da codificação responde por três etapas: recorte (escolha das unidades), enumeração e classificação (escolha das regras de contagem) e agregação (escolha das categorias). Assim, as comunicações foram organizadas em unidades de registro, que correspondem, conforme a autora, em agrupamentos baseados e orientados, por exemplo, por palavras, temas, o objeto ou referente, personagem, acontecimento ou documento.

Para a determinação do objeto de estudo, o pesquisador procedeu investigação preliminar sobre o TS nos países sulamericanos por meio da rede mundial de computadores.

A escolha de Argentina, Brasil e Chile com base no desempenho desses países no ranking internacional de competitividade elaborado pelo WEF (2014-2015) justifica-se por que o TS possui intrinsecamente o potencial de levar turistas até regiões não atendidas por roteiros turísticos tradicionais, modelo conhecido como “turismo de massa”, como visto.

² GUÍA TRÁMITES. Programa Federal de Turismo Social: Prestación de establecimientos privados y/o PYMES turísticas. Disponível em: < http://www.tramites.gob.ar/tramites/programa-federal-turismo-social-prestacion-establecimientos-privados-yo-pymes-turisticas_t379 >. Acesso em: 12 de junho de 2015.

³ A denominação “Costa da Mata Atlântica” refere-se à Região Metropolitana da Baixada Santista, região administrativa paulista composta legalmente por pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Os fluxos de visitantes e de divisas por meio de iniciativas de TS impelem os governos nacionais e subnacionais a investir na implantação de infraestrutura e serviços públicos em áreas antes não atendidas por tais facilidades. É justamente esse cenário que justifica a vinculação do “social” ao “turismo” e permite aos governos a motivar/justificar novos e maiores investimentos para pequenas comunidades, afinal a “competitividade [...] tornou-se um desafio a ser enfrentado tanto por empresas como por entidades públicas” (PALUDO, 2013, p.45).

Assim, a escolha das categorias de análise atendeu a convergências previamente identificadas. Primeiro, a pesquisa buscou verificar se há ação governamental institucionalizada ou se grupos sociais informais (comunidades tradicionais, por exemplo) ou formais, tais como escolas, clubes e associações de moradores, é que lideram iniciativas de TS nos países analisados.

Em segundo lugar, o estudo buscou identificar e analisar como se dá o custeio dos deslocamentos e hospedagens, entre outros custos administrativos e dos serviços inerentes ao turismo, nas iniciativas de TS já que estes fatalmente existirão. Depois, este trabalho buscou analisar em perspectiva comparada qual o perfil do público-alvo das iniciativas – governamentais? –, ou seja, dos beneficiários das ações de TS identificadas.

Em vista das categorias determinadas, o estudo partiu de três pressupostos: as iniciativas de TS identificadas nos países analisados são governamentais e institucionalizadas, fazendo parte da agenda de governo para o setor de viagens e turismo (P1); o custeio destas iniciativas é realizado pelos governos nacionais – todos de esquerda no período analisado – seja direta ou indiretamente executados (P2); e os beneficiários dos projetos identificados passam por rigorosos processos de seleção sob o parâmetro da vulnerabilidade social (P3).

Como técnica de coleta de dados realizou-se pesquisa bibliográfica e documental. As informações levantadas a partir da pesquisa documental foram codificadas de modo que dados brutos pudessem ser sistematizados e agregados em unidades de análise (categorias) as quais viabilizaram a análise e posterior discussão dos resultados a partir da perspectiva comparada (BARDIN, 2011). De acordo com Bardin (2011), a organização da codificação responde por três etapas: recorte (escolha das unidades), enumeração e classificação (escolha das regras de contagem) e agregação (escolha das categorias).

Assim, as informações foram organizadas em unidades de registro, que correspondem, conforme a autora, em agrupamentos baseados e orientados, por exemplo, por palavras, temas, o objeto ou referente,

personagem, acontecimento ou documento. Os dados foram, portanto, organizados em um quadro e categorizados de acordo com três unidades de análise: *institucionalização*, *financiamento* e *público-alvo* (beneficiários).

Mais especificamente, as unidades de análise (categorias) adotadas foram “institucionalização”, que buscou agregar informações sobre o nível de inserção na agenda pública de turismo dos países analisados e verificar se há um conceito único adotado para orientar ações, no caso, de Turismo Social; “financiamento”, que objetivou reunir informações as estratégias adotadas para se custear as ações propostas; e “público-alvo”, categoria dedicada a determinar quem são os beneficiários ou usuários dos sistemas nacionais de Turismo Social.

Os resultados obtidos a partir da análise documental realizada foram categorizados e organizados em quadro comparativo (quadro 3). Para esta pesquisa, a observação dos objetos de estudo escolhidos – Argentina, Brasil e Chile – em perspectiva comparada fundamentada em autores brasileiros é relevante, pois tem o potencial de subsidiar e orientar a elaboração de políticas públicas e das mais diversas ações nacionais e mesmo subnacionais de TS.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS INICIATIVAS DE TURISMO SOCIAL: OS CASOS DE ARGENTINA, BRASIL E CHILE

Nesta sessão são analisadas as iniciativas de TS de Argentina, Brasil e Chile em perspectiva comparada.

Os dados levantados foram organizados em três categorias de análise: institucionalização (maneira pela qual o governo nacional apresenta tais iniciativas ao público, área, setor ou departamento que gerencia a ação), os meios e formas de financiamento de tais ações; e o público-alvo (se for um programa social, verifica-se o perfil dos beneficiários; caso seja um programa de promoção turística verifica-se quais são os mercados-alvo).

Assim, tomando em conta os procedimentos descritos na seção anterior, verificou-se que os programas argentinos de TS são promovidos em seis regiões diferentes localizadas fora dos circuitos turísticos tradicionais (Província de Buenos Aires, Misiones, Mendoza, La Pampa, Tucumán e Santa Fé). A compreensão conceitual do TS por parte do governo argentino é a de um programa assistencialista voltado a famílias argentinas de baixa renda.

Quadro 3: Compilação da análise das iniciativas de TS (Argentina, Brasil e Chile).

País	Institucionalização	Financiamento	Público-alvo
Argentina	Os programas argentinos de TS acontecem em seis regiões diferentes, fora dos circuitos turísticos tradicionais (ARGENTINA, 2015).	O beneficiário contrata individualmente o serviço de transporte com agências credenciadas e o governo federal custeia a hospedagem com meia pensão para cinco noites (ARGENTINA, 2015).	Famílias argentinas de todas as regiões do país que tenham recursos limitados para gastar com o lazer e especificamente com turismo (ARGENTINA, 2015).
Brasil	“Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo à igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão (BRASIL, 2006).”	Estabelecimentos comerciais enquadrados nas entidades sindicais subordinadas à Confederação Nacional do Comércio e outros empregadores que possuam empregados segurados no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (BRASIL, 2015).	Trabalhadores do Comércio (e suas famílias) formalmente registrados e cadastrados em uma das unidades do Serviço Social do Comércio (SESC) (SESC, 2015).
Chile	O programa “Rutas Chile” é uma ação instituída pelo “Servicio Nacional de Turismo de Chile”	O governo custeia um sistema de qualificação dos prestadores de serviços, amplo material informativo – virtual e impresso –, mantém escritórios de atendimento aos viajantes e os turistas pagam despesas pessoais (CHILE, 2015).	Turista internacional e turista doméstico que tenha interesse em conhecer roteiros turísticos não convencionais (CHILE, 2015).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Os beneficiários contratam individualmente o serviço de transporte até a região que pretendem visitar junto às agências de viagens credenciadas e o governo federal custeia a hospedagem com meia pensão para cinco noites.

O público-alvo do programa argentino de Turismo Social é composto por famílias de todas as regiões do país que tenham recursos limitados para gastar com o lazer e especificamente com turismo.

No caso brasileiro o governo federal por meio do Ministério do Turismo é bastante claro quanto à conceituação adotada sobre o que vem a ser o TS. Considera-se o Turismo Social como uma “forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo à igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MTUR, 2006, p. 6). Ocorre que o Ministério do Turismo não comunica claramente a existência de programas federais de TS.

No Brasil ações de TS são lideradas pelo Serviço Social do Comércio (SESC), entidade de direito privado subsidiada pelo governo federal brasileiro e empresas do setor de comércio. Outros setores têm arranjos semelhantes, mas com sistemas menos amplos e mais orientados a públicos sindicalizados, por exemplo.

O custeio do SESC é realizado por estabelecimentos comerciais enquadrados nas entidades sindicais subordinadas à Confederação Nacional do Comércio (CNC) e outros empregadores que possuam empregados segurados no Instituto de

Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. A regulamentação de todo esse sistema é estabelecida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) e outros dispositivos.

O SESC atende aos trabalhadores do comércio e suas famílias formalmente registrados e cadastrados, mas a entidade promove eventos abertos ao público em geral e disponibiliza suas instalações para locação a promotores de eventos externos. A entidade informa que há mais de duas mil e duzentas cidades brasileiras atendidas por instalações⁴.

A experiência chilena é a mais orientada ao atendimento ao turista, tanto nacional quanto internacional. O programa “Rutas Chile” é uma ação instituída pelo “Servicio Nacional de Turismo de Chile” voltada a turistas que desejam conhecer o país por meio de roteiros não convencionais.

Os viajantes custeiam todas suas despesas, pois não há subsídios diretamente aplicados pelo governo nacional. O governo chileno custeia um amplo sistema de qualificação dos prestadores de serviços, a manutenção de um selo de qualidade, um amplo material informativo – virtual e impresso –, mantém escritórios de atendimento e apoio aos turistas que demandam os oito roteiros propostos: Ruta del Desierto, Ruta de las Estrellas, Ruta Capital, Ruta del Mar, Ruta de las Islas, Ruta Originaria, Ruta Carretera Austral e Ruta Fin del Mundo.

Importante citar que o processo de disseminação demanda pesquisas que viabilizem avanços no plano

⁴ SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. O SESC. Disponível em: < http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ >. Acesso em: 07 de outubro de 2016.

“analítico” – “como subsídios para o processo concreto de transformação de políticas” – e de “práticas” – “na gestão pública subnacional no país” (FARAH, 2008, p. 70). Isso significa que outras pesquisas sobre os programas nacionais de TS, no caso, vislumbrem fornecer subsídios a gestores públicos, entes políticos e mesmo lideranças do terceiro setor no sentido de equalizar planos e programas governamentais às realidades regionais e locais.

O fortalecimento das bases é essencial para que as demandas locais ascendam à agenda pública de modo que carências nos mais variados setores sejam futuramente atendidas pelo poder público.

6 DISCUSSÃO

A partir da pesquisa documental realizada, esta pesquisa verificou que na Argentina os programas de TS realizam-se em seis regiões diferentes – todas fora dos circuitos turísticos tradicionais – o que ajuda a modificar o modelo de desenvolvimento turístico orientado ao consumo de supérfluos vigente.

No Brasil, a *institucionalização* do TS é representada formalmente pelo próprio Ministério do Turismo. No caso brasileiro, o TS é compreendido como “[...] a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo à igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”, nos termos do caderno Marcos Conceituais do Turismo (MTUR, 2006, p. 6). Novamente, o TS posiciona-se como um modelo de desenvolvimento (no caso, condução) do turismo em um dado território.

O programa “Rutas Chile” é uma ação instituída pelo “Servicio Nacional de Turismo de Chile”. Verifica-se, como será explanado em seguida, que no caso chileno a compreensão de TS encontra-se vinculada ao conceito de distribuição (interiorização?) dos rendimentos oriundos da circulação de fluxos turísticos por regiões pouco ou nada visitadas até então, já que estas têm pouca infraestrutura e estão fora dos roteiros turísticos tradicionais.

Ao analisar a *questão do financiamento* destas iniciativas de TS, verifica-se que na Argentina o beneficiário contrata individualmente o serviço de transporte com agências credenciadas e o governo federal custeia a hospedagem com meia pensão para cinco noites. O modelo proposto parece ser interessante, pois faculta ao empresário participar deste “novo” mercado, que conta com o apoio governamental para se desenvolver. Além disso, em tese, o modelo preserva o governo contra custos fixos desnecessários, os quais não existirão caso não haja fluxos.

No Brasil, ao contrário, os custos são fixos e o SESC tutela toda a infraestrutura e serviços voltados aos beneficiários (turistas ou não). Isso significa que um destino de Turismo de Sol e Praia (MTUR, 2006) que tem naturalmente um período sazonal ao longo do ano (possivelmente durante o inverno brasileiro, de junho até agosto) poderá ter um meio de hospedagem da rede altamente ocioso, gerando dispêndio à instituição. No Brasil este modelo parece sustentar-se dada as contribuições sindicais compulsórias, os aportes governamentais e a grande dimensão do mercado consumidor interno.

O modelo chileno é interessante, pois transfere ao turista os custos da viagem em si. Desse modo, o governo daquele país ocupa-se de prover apoio ao empresariado e mesmo aos viajantes por meio de escritórios da autoridade nacional de turismo. A “seleção” dos beneficiários é relevante, pois ajuda a justificar a determinação dos modelos citados.

No caso argentino, os *usuários do sistema* nacional de TS são famílias de todas as regiões do país que tenham recursos limitados para gastar com o lazer e especificamente com turismo. No Brasil, têm acesso ao SESC trabalhadores do comércio (e suas famílias) formalmente registrados e cadastrados em uma das unidades da instituição, que tem amplitude nacional. No Chile, formam o público-alvo do projeto tanto o turista internacional quanto o doméstico que tenha interesse em conhecer roteiros turísticos não convencionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo Social encontra-se institucionalizado nos programas nacionais de turismo de Argentina, Brasil e Chile? Para responder ao problema enunciado, esta pesquisa fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental. A resposta, neste sentido, é sim. Todos os três casos analisados por meio, sobretudo, da pesquisa documental apresentaram algum nível de institucionalização e mesmo tutela governamental. A pesquisa bibliográfica, entretanto, apontou que o tema é pouco desenvolvido na região analisada, onde Schenkel (2013) destaca positivamente Brasil e Equador.

O trabalho partiu de três pressupostos, a saber: as iniciativas de TS identificadas nos países analisados são governamentais e institucionalizadas, fazendo parte da agenda de governo para o setor de viagens e turismo (P1); o custeio destas iniciativas é realizado pelos governos nacionais – todos de esquerda no período analisado – seja direta ou indiretamente executados (P2); e os beneficiários dos projetos

identificados passam por rigorosos processos de seleção sob o parâmetro da vulnerabilidade social (P3).

O P1 foi confirmado, ou seja, nos três países analisados as iniciativas de Turismo Social constam contempladas em agendas para o setor de turismo. Cada país, do mesmo modo, adotou um conceito balizador e abordagens diferentes para promover o TS.

Em relação ao custeio (P2) e à seleção dos beneficiários (P3), foi possível verificar que na Argentina o governo financia as viagens para grupos de famílias, crianças, idosos ou agremiações participantes. Os roteiros são voltados para temas ligados a cultura, natureza e história das regiões.

No Brasil o governo subsidia um amplo sistema de turismo (deslocamento, hospedagem, entretenimento e alimentação) voltado a empregados formais assalariados do setor de comércio. As ações de TS no país são operacionalizadas por meio do SESC.

O Chile por outro lado não possui um programa formalmente estabelecido de assistência, mas um programa voltado à promoção de destinos não convencionais, o que ajuda a distribuir os benefícios potencialmente advindos do turismo para pequenas comunidades e negócios locais. O apelo em torno do turismo como atividade promotora de benefícios sociais é explícito em toda comunicação chilena para o setor. As ações são orientadas para o “turismo alternativo”, ou seja, roteiros não convencionais preestabelecidos pelo governo nacional.

O trabalho, ainda que sinteticamente, logrou o objetivo de identificar e analisar programas nacionais oficiais de administração pública do turismo lançados a partir do ano 2000 e vigentes em 2015. Desse modo, a pesquisa abre caminho para estudos que possam dedicar-se a aprofundar e ampliar o horizonte de análise das iniciativas de TS na região.

Em vista da alternância de governos democráticos, outros estudos poderão realizados conforme forem alterados os cenários políticos nacionais. Outras categorias podem ser contempladas na análise comparativa e outros países podem ser considerados como objeto de estudo, assim como aspectos operacionais, o que poderia ser objeto de análise mais aprofunda em investigações futuras.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, junho, 1999.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

- BRASIL. *Consolidação das Leis Trabalhistas*. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm >. Acesso em: 10 de junho de 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9853.htm >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- CANTU, R. Depois das reformas: os regimes de proteção social latino-americanos na década de 2000. *Revista de Sociologia Política*, v. 23, n. 56, p. 45-73, dez. 2015.
- FALLETI, T. Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 46-85, julho/dezembro, 2006.
- FARAH, M. F. S. Disseminação de políticas públicas e programas governamentais no nível subnacional de governo. *Revista Administração e Diálogo*, v. 2, n. 11, p. 69-89, 2008.
- FRANCO, R.; LANZARO, J. Políticas y políticas públicas: determinación y autonomía. In: FRANCO, R.; LANZARO (orgs.). *Política y políticas públicas en los procesos de reforma de América Latina*. Miño y Dávila: Buenos Aires (Argentina), 2006.
- MACHADO, M. B. T. As etapas evolutivas do turismo: um estudo sobre o Rio de Janeiro (Séculos XVIII-XX). *Revista Cultur*, a. 7, n. 01, p. 105-127, fevereiro, 2013.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (ARGENTINA). Turismo Social. Disponível em: < <http://www.argentina.gob.ar/informacion/turismo/289-turismo-social.php> >. Acesso em: 10 de junho de 2015.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). (2006). Marcos conceituais do Turismo. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). (2006). *Marcos Conceituais do Turismo*. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf >. Acesso em: 07 de outubro de 2016.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. (1999). *Código de Ética Mundial do Turismo*. Disponível em: < http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf >. Acesso em: 26 de maio de 2015.
- PERISCÓPIO. *Descobrimto do Brasil e feriado*. Disponível em: < <http://periscopio.bligoo.com.br/descobrimto-do-brasil-e-feriado> >. Acesso em: 26 de maio de 2015.
- REPÚBLICA ARGENTINA. *Turismo Social*. Disponível em: <<http://www.argentina.gob.ar/informacion/turismo/289-turismo-social.php> >. Acesso em 25 de maio de 2015.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943*. Disponível em: < http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viv_Identificacao/DEL%205.452-1943?OpenDocument >. Acesso em: 28 de agosto de 2015.

- ROZENBERG, J. E. *Turismo Social e Terceira Idade: desafios emergentes*. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1996.
- RUA, M. G. Turismo e políticas públicas de inclusão. In: MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL) (org.). *Turismo social: diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão*. MTur/IBAM: Rio de Janeiro, 2006.
- SANTOS, A. F. L. *Competitividade no setor de viagens e turismo: estudos de casos múltiplos no litoral paulista*. Dissertação. Mestrado em Hospitalidade. Universidade Anhembi Morumbi: São Paulo, 2015.
- SCHENKEL, E. El turismo social como política estatal en Sudamérica. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. v. 11, n. 1, p. 173-183, 2013.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *Rutas Chile*. Disponível em: < <http://rutas.chileestuyo.cl/inicio/rutas> >. Acesso em: 25 de maio de 2015.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *¿Qué es Rutas Chile?* Disponível em: < <http://chileestuyo.cl/inicio/que-es-rutaschile/> >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *¿Qué es Rutas Chile?* Disponível em: < <http://chileestuyo.cl/inicio/que-es-rutaschile/> >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *Preguntas frecuentes*. Disponível em: < <http://rutas.chileestuyo.cl/inicio/preguntas-frecuentes> >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *Preguntas frecuentes*. Disponível em: < <http://rutas.chileestuyo.cl/inicio/preguntas-frecuentes> >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- SERVICIO SOCIAL DO COMÉRCIO. O SESC. Disponível em: < http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ >. Acesso em: 12 de junho de 2015;
- SERVICIO SOCIAL DO COMÉRCIO. O SESC. Disponível em: < http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ >. Acesso em: 12 de junho de 2015
- VAZQUEZ, D.; GOMES, S. As relações verticais na federação: explorando o problema da descentralização e da autonomia. In: ARRETCHE, M. T. S. (org.) *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Editora FGV/ Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, 2012.
- WORLD ECONOMIC FORUM. (2014-2015). *Travel & Tourism Competitiveness Report*. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/TT15/WEF_Global_Travel&Tourism_Report_2015.pdf >. Acesso em: 07 de outubro de 2016.
- WORLD ECONOMIC FORUM. (2013). *Competitiveness Report*. Disponível em: < www3.weforum.org/docs/WEF_TT_Competitiveness_Report_2013.pdf >. Acesso em: 25 de maio de 2015.
- WORLD TOURISM ORGANISATION. (2014). *Barometer*. Disponível em: < <http://media.unwto.org/press-release/2014-12-18/international-tourism-track-end-2014-record-numbers> >. Acesso em: 26 de maio de 2015.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 31 de agosto de 2015; aceito em 01 de novembro de 2016; publicado online 10 de fevereiro de 2017.

Received on August 31, 2015; accepted on November 01, 2016; published online February 10, 2017.

Artigo original de pesquisa/ Original research article. Seção revisada por pares / Double blind review section.